



GT 03 – Brasil não-metropolitano: temporalidades e espacialidades urbanas

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-REGIONAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL E O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS

Helbaneth Macêdo Oliveira

Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU)

helbaneth@hotmail.com

Lucas Ribeiro da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

luucas.ribeiros@hotmail.com

Sheryda Lila de Souza Carvalho

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

sheryda@ifma.edu.br

RESUMO: O presente trabalho empenha-se em apresentar as particularidades da dinâmica urbano-regional da Amazônia Oriental, tendo como viés de análise principal as cidades médias. Neste sentido o ensaio apresenta uma discussão sobre a produção espaço urbano enfocando o papel das cidades médias brasileiras, para posteriormente focar nas cidades médias amazônicas, onde se aponta que nesta realidade particular considera-se não apenas o quesito demográfico como principalmente o aspecto relacional destas. É importante apontar que na realidade da Amazônia as cidades possuem estreita relação com a dinâmica fluvial, o que influencia, dado às longas distancias o papel das cidades médias na intermediação de fluxos.

Palavras-chave: Cidades médias, Amazônia Oriental, Espaço urbano.

1 Introdução

A produção do espaço urbano-regional na Amazônia Oriental é um tema de grande relevância acadêmica, dada a complexidade e a dinamicidade que caracterizam essa região. E o papel das cidades médias se destaca nesse contexto, uma vez que essas urbes são cruciais para a estruturação do território, servindo como pontos de articulação.

A Amazônia Oriental, que compreende estados como Pará, Maranhão, e Amapá, é marcada por uma vasta diversidade socioambiental e econômica. A produção do espaço urbano-regional nesta área está fortemente influenciada por processos históricos de ocupação, políticas públicas, e dinâmicas econômicas, incluindo a exploração de recursos naturais, expansão agrícola e, mais recentemente, a urbanização acelerada.

Historicamente, a ocupação da Amazônia Oriental foi impulsionada por ciclos econômicos de exploração de recursos, como a borracha e o extrativismo mineral. Com o passar do tempo, a construção de infraestrutura, como rodovias e hidrovias, e políticas de desenvolvimento regional, como o Plano de Integração Nacional (PIN) nos anos 1970, contribuíram para a intensificação da ocupação humana e a formação de redes urbanas.

Nesse sentido, o trabalho ora apresentado, busca suscitar algumas discussões referentes às particularidades do processo de produção urbano-regional da Amazônia Oriental, bem como o papel atribuído às cidades médias nesse contexto. É reconhecido o papel das cidades médias na organização da rede urbana, bem como sua contribuição histórica para o processo de complexificação do sistema urbano brasileiro. Que no caso amazônico, apresenta a notória participação do Estado no planejamento político voltado para o povoamento e desenvolvimento dessa região, com o intuito de induzir o processo de “desconcentração” das grandes metrópoles.

Com relação aos procedimentos de análise e interpretação utilizados, o estudo está calçado em bases teórico-conceituais referentes à temática da produção do espaço urbano brasileiro, com destaque para a Amazônia Oriental e a relevância das cidades médias nesse contexto. Do mesmo modo, utilizamos de dados secundários disponíveis na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como informações concernentes à Região de Influência das Cidades (REGIC).

Neste sentido, este trabalho está estruturado em duas seções, excetuando-se às presentes considerações iniciais e a posterior consideração final. A primeira seção vem tratar de forma sintética do processo de urbanização do Brasil, procurando apresentar elementos de sua

diversidade regional, e logo após, a segunda seção procura trabalhar sobre a produção do espaço urbano da Amazônia Oriental e os papéis atribuídos às cidades médias.

2 Brasil: urbanização e diversidade regional

O processo de urbanização difundido no Brasil revela marcas e singularidades de um fenômeno que se apresenta, ao mesmo tempo, como complexo e diversificado. Esta diversificação é resultado dos traços peculiares à formação do espaço regional brasileiro e ao modo como a divisão territorial do trabalho atuou nas diferentes regiões do país.

Se hoje observamos um fenômeno urbano expressivo no território brasileiro, isso não significa que os processos que aqui ocorreram tenham sido da mesma forma e natureza de como foram em outras formações socioespaciais. O nosso processo de urbanização foi distinto daquele ocorrido nos países mais avançados, que apresentaram um processo mais lento, mas com uma melhor distribuição e equidade em relação ao verificado nos países subdesenvolvidos (SOUZA; TERRA, 2017).

Diferente de como aconteceu em outros países mundo a fora, esse processo manifestou-se tardiamente no Brasil, sendo considerado um fenômeno muito recente e desordenado. A urbanização de diversas capitais brasileiras ocorreu sem que regras rígidas de planejamento fossem aplicadas (SANTOS, 2013).

Até meados da década de 1930, o Brasil era essencialmente agrário. A ocupação urbana de seu vasto território teve como uma de suas marcas, herdada ainda do período colonial, a distribuição da maior parte da população nas faixas litorâneas. Esses polos concentravam, portanto, atividades administrativas e financeiras ligadas à produção agroexportadora (MARICATO, 1997).

Diante desse quadro, a densidade populacional no interior do Brasil era tímida, com a presença de poucas cidades, voltadas em sua maioria para atividades rurais, enquanto que uma maior concentração demográfica situava-se nas áreas litorâneas, algumas das quais, são hoje os núcleos urbanos mais antigos do território brasileiro.

Todavia, esse cenário passa a mudar em anos posteriores, sobretudo após a década de 1950, tendo como principal agente dessa mudança a industrialização, que ganha momento no país e passa a dinamizar a economia brasileira a partir do fortalecimento dos setores secundários e terciários da economia, proporcionando a consolidação de novas oportunidades de trabalho e,

consequentemente, acentuando o processo de urbanização. Diante desse quadro, Santos (2013, p. 09) afirma que

[...] a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX. O turbilhão demográfico e a terciarização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se, sobretudo, a atividades de relação complexas e, no segundo a atividades mais diretamente produtivas.

Nas palavras de Monte-Mór (2006, p.11), a transformação de uma economia agroexportadora em uma economia centrada na substituição de importações para o mercado interno redefiniu a cidade industrial como polo de dinamização e de transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileira.

Essa modificação no padrão econômico afetou diretamente o comportamento da população do Brasil, que passou a se concentrar nas áreas de maior produção, com destaque para a região Sudeste, em especial o eixo Rio-São Paulo (como veremos mais adiante), deixando para outras regiões um papel tímido na divisão territorial do trabalho, sobretudo na oferta de matéria-prima e mão obra barata.

O processo de industrialização, mesmo ocorrendo tardiamente, representou a engrenagem necessária para impulsionar a urbanização no Brasil, tendo o Estado como indutor de transformações territoriais, via políticas de desenvolvimento. O Estado teve um papel central nesse processo, posto que redirecionou o padrão da acumulação, modificou, transpondo os excedentes para a acumulação industrial e regulamentou as relações capital-trabalho.

Assim, a industrialização potencializou o processo de urbanização do Brasil na qual a cidade passa a ser a sede da aparelhagem produtiva, dos capitais, do processo de acumulação, redefinindo as relações campo-cidade e dando uma nova forma ao fenômeno urbano. Esses fatores estimularam os movimentos migratórios em todo o país, principalmente da população do campo em direção às cidades, ação conhecida comumente como êxodo rural.

Em outras palavras, a cidade torna-se ponto de apoio para a modernização econômico-tecnológica e, simultaneamente para a transformação das atividades no campo. No entanto, nem todas as cidades foram alvo desse processo, implicando no deslocamento de pessoas para áreas

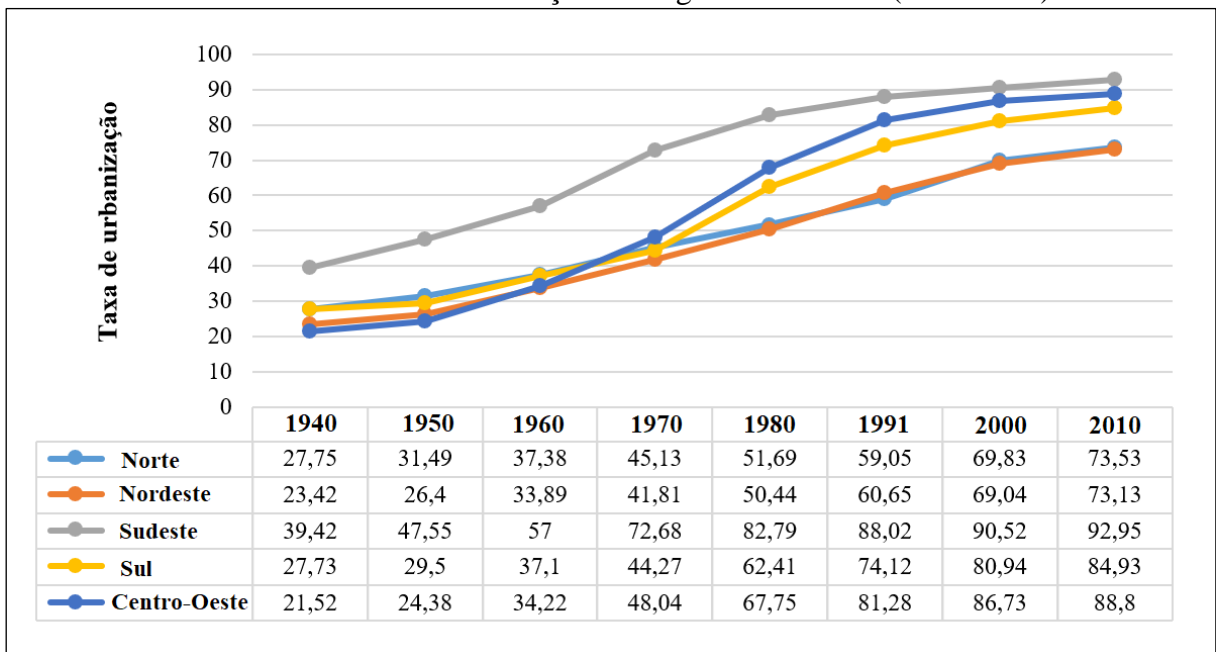
urbanas específicas, contribuindo para o crescimento de algumas regiões e cidades em detrimento de outras.

Nas palavras de Llop Torné e Bellet Sanfeliu (1999), este fenômeno de polarização e concentração de população em algumas regiões e cidades, fez com estas se localizassem no topo da hierarquia urbana, criando uma primazia urbana exagerada e desproporcional, principalmente nos países menos desenvolvidos.

Uma das explicações para esse fenômeno, encontra-se fincada na política de expansão industrial brasileira, onde foi priorizada uma acentuada concentração espacial das forças produtivas no Sul e Sudeste do Brasil. Em contrapartida, nas demais regiões, tais iniciativas não aconteceram na mesma simetria, culminando na elevação das disparidades regionais que até hoje assolam o país.

Assim, ao analisar o fenômeno urbano brasileiro constatamos que nenhuma região do país escapou ao avanço desse processo, entretanto, é preciso advertir que as desigualdades econômicas e a dificuldade de algumas regiões para se inserirem na economia nacional, possibilitou a ocorrência de uma urbanização diferenciada, conforme demonstra o Gráfico 01 abaixo.

Gráfico 01: Taxa de urbanização das regiões brasileiras (1940-2010)



Fonte: Censos demográficos do Brasil (IBGE). **Organização:** Os autores, 2024.

Os dados contidos no Gráfico 01 revelam que as diferenças nas taxas de urbanização entre as regiões são menos relevantes na década de 1940, se comparadas a 1960. Adotando como marco histórico a segunda metade do século XX, o processo de urbanização do país consolidou-se, apresentando os maiores índices no final desse período, quando a população urbana foi expressivamente superior em todas as regiões brasileiras.

Também é importante notar que este aumento se deu de forma distinta e desigual entre as regiões brasileiras, impulsionado pelas diferentes formas de organização da divisão territorial do trabalho, concentrando as maiores taxas de urbanização, sobretudo, nas regiões Sudeste e Sul do país.

Podemos observar claramente que até a década de 1970, apenas a região Sudeste apresentava um grau de urbanização mais elevado, superando, inclusive, a média nacional. Este fato se deu graças aos incentivos que essa região recebeu na década de 1960, principalmente São Paulo, que passou a ser a maior área produtiva e polarizadora de recursos do Brasil, concentrando a indústria e detendo a maior disponibilidade de capitais, trabalhadores e infraestruturas adequadas. Sobre estes fatos, Santos (2013) enfatiza:

No Sul e no Sudeste, onde existe uma rede urbana mais desenvolvida, a interação entre as cidades acelera o processo de divisão territorial do trabalho que lhes deu origem e, por sua vez, vai permitir o avanço dos índices de urbanização, renovando assim, num círculo virtuoso, os impulsos para um novo patamar na divisão internacional do trabalho. (SANTOS, 2013. p. 66).

Tais características conservariam as referidas regiões em posição de destaque e primazia nas décadas seguintes. As regiões onde ocorreram maior concentração industrial, permitiram que houvesse um sistema moderno de transportes e comunicações, facilitando a ampliação do comércio e o controle de produção. Com isto, se expandiam as relações econômicas e, conseqüentemente, ocorria um avanço e consolidação do fenômeno de urbanização, sobretudo na região Sudeste.

Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste do país tiveram um atraso diante desse processo, influenciadas pelos precários modelos de gestão, reforçados ainda por estruturas sociais obsoletas, e associado ao baixo investimento na indústria. Do ponto de vista do território amazônico, a urbanização, enquanto processo espaço-temporal ocorreu, com maior intensidade, a partir dos anos de 1970 por intermédio de políticas de modernização seletiva do território, nos lugares escolhidos que funcionariam como mancha diante da extensão territorial da região, com

base na intervenção política do Estado, onde as cidades médias tiveram destaque, conforme o próximo item do artigo irá tratar.

3 Cidades médias e seu papel na urbanização da Amazônia Oriental

A urbanização da Amazônia envolveu um misto de relações, conflitos e interesses em escala nacional, regional e local. Sob o discurso da “integração nacional”, a região foi um dos principais alvos do planejamento nacional, momento em que se gestaram diversos planos que fomentaram a reestruturação dessa parcela do território. Nesse ínterim, as cidades médias constituem um dos pontos principais de articulação de muitas das políticas desenvolvimentistas direcionadas à região.

Com o intuito de conectar a Amazônia à dinâmica produtiva do país, o Estado tornou-se o principal agente fomentador desse processo. Becker (1990) explica que a estratégia governamental para alcançar a ocupação da Amazônia foi baseada na programação e imposição de uma malha de duplo controle tecnopolítico sobre esse espaço, a qual ela chama de “malha programada”. Essa estratégia consistia em pelo menos três elementos: a) superposição de territórios federais sobre os estaduais; b) subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios; e c) implantação de redes de integração espacial (BECKER, 1990).

O primeiro elemento materializou-se, principalmente, na criação da Amazônia Legal, região de planejamento socioeconômico institucionalizada pela Lei nº 124/2007, para a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que abrange nove estados brasileiros (vide Mapa 1). O segundo elemento consistiu na concessão de subsídios fiscais e na criação de uma estrutura financeira para a gestão de recursos direcionados à área, como a criação do Banco da Amazônia (BASA), dentre outras ações que fomentaram a atração de pessoas e capitais para a região.

O terceiro, e não menos importante, elemento da política da estratégia do Estado direcionada à Amazônia – a implantação de redes de integração no espaço regional – consistiu na criação de: rede urbana para a localização dos órgãos públicos; rede rodoviária, através da construção de estradas federais que cortavam a região e facilitavam os diversos fluxos (até então o transporte era feito pelos rios); rede de telecomunicações, que viabilizava não apenas a comunicação como valores já presentes nas demais porções do país; e, ainda, rede hidroelétrica

para fomentar a produção de energia necessária para os novos empreendimentos e demais redes (BECKER, 1990).

No tocante à estruturação de uma rede urbana amazônica, nos referimos principalmente ao II PND (marco histórico para a expansão das cidades médias), que, no caso amazônico, proporcionou a criação de polos de desenvolvimento regional que facilitariam a gestão do território. A literatura indica que a partir da diretiva estatal, a rede urbana da Amazônia é alterada de um padrão dendrítico para uma organização mais complexa (CORRÊA, 2015), principalmente pela constituição dos centros intermediários. Essa mudança de padrão na urbanização amazônica ocorre principalmente a partir dos anos 60 do século XX, conforme aponta Trindade Jr.:

A partir da década de 60 espacializou-se no território amazônico um novo padrão de ocupação territorial, comandado pelo Estado e pelos grandes projetos. Buscava-se a inserção do espaço regional à nova lógica de produção através de novas oportunidades de investimentos pautadas na política dos polos de desenvolvimento; sendo necessário, para isso, a estruturação de um ambiente geograficamente atrativo, inclusive com a implantação de novas franjas urbanas avançadas. A inserção dessas novas cidades na rede urbana regional pode ser visualizada em dois momentos. O primeiro deles, relacionado à estruturação do espaço amazônico no sentido de inseri-lo, como fronteira econômica, em uma nova ordem imposta. O segundo, marcado pelo novo sentido que a Amazônia passa a despertar nos dias atuais, em especial como fronteira tecno-ecológica, configurando sua atual inserção na divisão do trabalho (TRINDADE JR., 2003, p. 136-7).

As cidades, vistas como ferramentas de implementação da “urbanização dirigida”, passam a agregar um contingente considerável de migrantes de diversos estados em busca de trabalho e melhores condições de vida. É a partir de então que se desenvolve uma urbanização “concentrada” em pontos específicos do território, com o reforço do papel de metrópoles, como Belém; a criação de novos polos de investimento, como Manaus; e a ascensão de pequenas cidades à condição de cidades médias.

Segundo Becker (2013), a real meta do planejamento regional empreendido na Amazônia foi a exploração natural da região. Por essa razão, o Estado implantou a “fronteira urbana” antes mesmo da “fronteira agropecuária e mineral”, sendo os núcleos urbanos locais de mobilização de mão de obra migrante. A autora aponta que os surtos de crescimento das cidades amazônicas são uma das características da urbanização regional, e analisa a natureza desses surtos asseverando que:

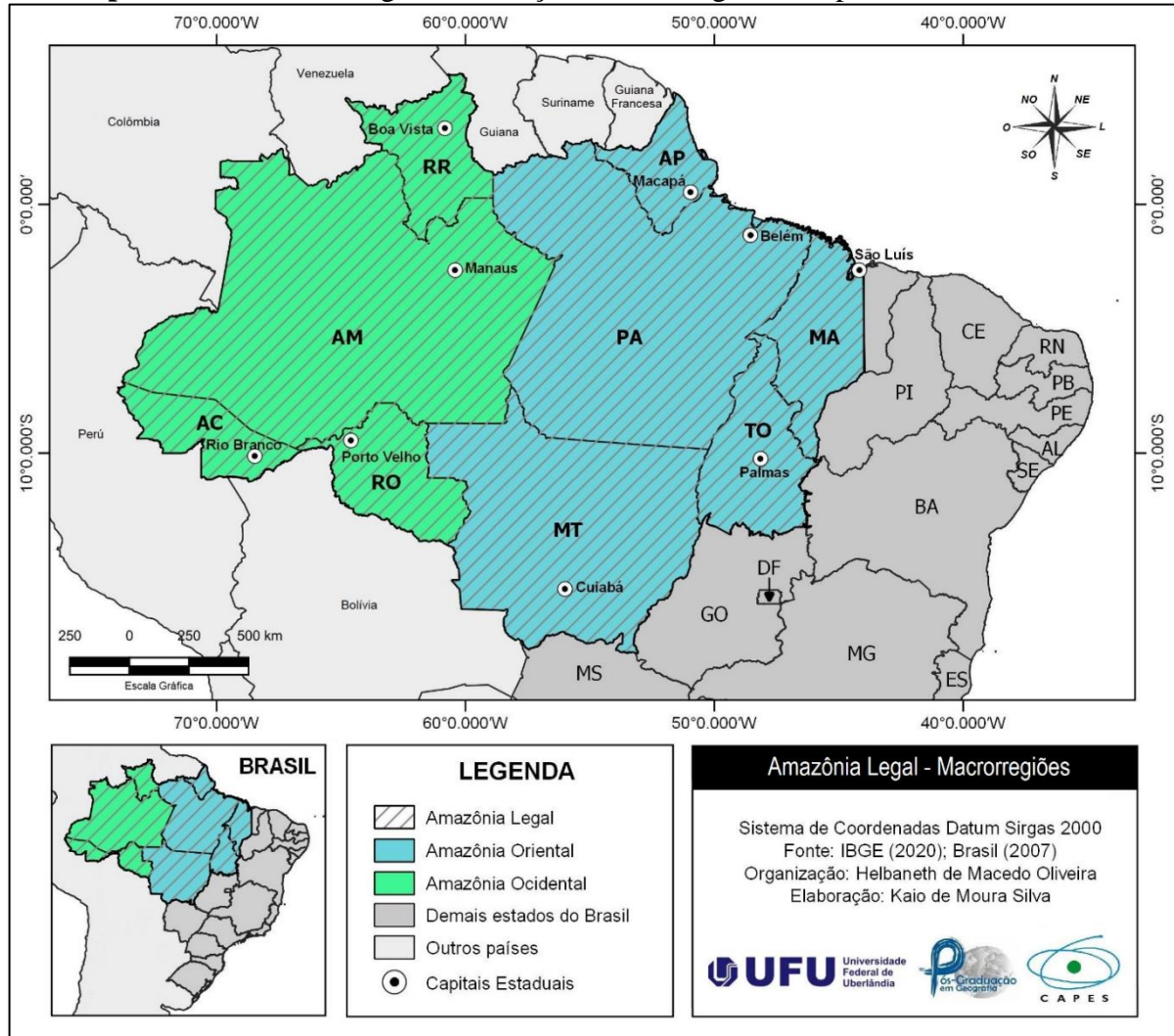
Nota-se a ausência da substituição de importações nos surtos dos núcleos amazônicos. [...] É uma relação centro-periferia, fortemente dependente da demanda externa e de suas oscilações. [...] Essa falha, presente até hoje na ausência de agregação de valor aos produtos exportados, é uma das principais razões da insuficiência de dinamismo urbano (BECKER, 2013, p. 39).

A colocação da autora pode ser percebida pela dinamização de alguns centros no período dos diversos ciclos econômicos, como o da borracha, da castanha, do ouro, dentre outros. E no período da ofensiva estatal não foi diferente: determinadas cidades polo foram escolhidas para dinamizar o levante urbano, papel que muitas cidades médias desempenharam, principalmente por causa dos diversos projetos. Na década de 1970, importantes alterações também ocorreram:

De modo resumido, o que caracteriza os anos 70 para a Amazônia é a consolidação da “malha programada” iniciada no final dos anos 60, tendo no Estado o seu principal articulador, com a política de “integração nacional” através do programa de construção de eixos rodoviários, culminando com a abertura da Transamazônica e estimulando à migração interna e provocando à ocupação produtiva da Região; além da instalação de megaprojetos estatais e/ou privados, tais como o Programa Grande Carajás, proposto pela Companhia Vale do Rio doce (CVRD); Hidrelétrica de Tucuruí, da Eletrobrás; a Albrás, Alunorte e o Projeto Trombetas que produzem bauxita e/ou alumina e alumínio e o Alumar (RIBEIRO, 1998, p. 91).

No bojo das transformações citadas, a reprodução ampliada do capital é efetivada, e o elevado crescimento urbano da região indica que, pelo menos em uma primeira aproximação, os objetivos estavam sendo alcançados. Todavia, sabe-se que a inserção dos lugares na lógica dominante não ocorre de igual maneira, e o mesmo se dá na Amazônia Legal, com parcelas desse espaço sendo alvo de maiores investidas do capital, enquanto outras ficaram na periferia do processo.

Para fins de consecução do planejamento regional, a Amazônia Legal é subdividida em duas macrorregiões: a Amazônia Oriental e a Amazônia Ocidental, conforme dispõe o Mapa 01, a seguir.

Mapa 01 – Amazônia Legal: localização das sub-regiões e capitais estaduais – 2020

Fonte: Oliveira, 2023, p. 58.

Composta por quatro estados da região Norte (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima), a Amazônia Ocidental constitui-se na porção mais distante do centro produtivo do país, com as condições naturais melhor preservadas e contendo boa parcela dos territórios indígenas e comunidades tradicionais. Essa condição, ao longo da história, dificultou a penetração das tentativas colonizadoras, por isso, o planejamento para a região incumbiu-se de inserir um ponto nevrálgico para a facilitação da conquista dessa parcela do território, efetivada principalmente pela construção da Zona Franca de Manaus, bem como por sua conexão com as diversas redes de ligação para estas.

Por sua vez, a Amazônia Oriental é composta por cinco estados, sendo três da região Norte (Amapá, Pará e Tocantins), um da região Centro-Oeste (Mato Grosso), e parte do estado

do Maranhão, que também é participante da região Nordeste. Sendo a porção mais acessível do território amazônico, a Amazônia Oriental teve, ao longo do seu processo de ocupação, uma participação maior nos fluxos com as demais áreas produtivas do país, por sua proximidade com as demais regiões, dentre outros fatores.

Esta última trata-se da fração amazônica com o maior número de cidades e com uma dinâmica produtiva acentuada, sobretudo pela presença de grandes projetos atrelados, em sua maioria, à extração mineral e a empreendimentos energéticos, além do mais recente avanço da produção de grãos. Nesta área, a rede urbana oferece importante contribuição para a compreensão da região, principalmente no que se refere às cidades médias.

Importa esclarecer que, no que concerne à realidade da Amazônia, dificilmente se observam cidades de porte médio que não desenvolvam funções de cidade média, uma vez que as condições peculiares de comunicação entre os centros não se assemelham às demais porções do território nacional. Nessa realidade, a distância entre as principais cidades (mas não apenas isso) coaduna para a presença de cidades de porte médio, que coaptam os fluxos dos pequenos centros mais distantes. No entanto, o inverso não ocorre, ou seja, nem todas as cidades médias são necessariamente de porte médio (SPOSITO, 2001).

Assim sendo, a Tabela 01 apresenta as principais cidades de porte médio, distribuídas conforme a unidade da federação, bem como sua evolução populacional recente.

Tabela 01 – Cidades de porte médio da Amazônia Oriental: população em 2010, 2022, variação absoluta e porcentagem de crescimento

UF	Cidade	População		Variação Absoluta (2010-2022)	Crescimento (%)
		2010	2022		
MA	Imperatriz	247.505	273.027	25.522	10.3
	Açailândia	104.147	107.263	3.116	2.9
	Bacabal	100.014	104.352	4.338	4.3
	Balsas	83.528	100.257	16.729	20.0
MT	Rondonópolis	195.476	253.388	57.912	29.6
	Sinop	113.099	199.698	86.599	76.5
	Tangará da Serra	83.431	100.784	17.353	20.8
	Sorriso	66.521	117.605	51.084	76.7
PA	Santarém	294.580	351.220	56.640	19.2

	Marabá	233.669	271.321	37.652	16.1
	Parauapebas	153.908	271.577	117.669	76.4
	Abaetetuba	141.100	158.042	16.942	12.0
	Itaituba	97.493	137.170	39.677	40.7
	Cametá	120.896	134.734	13.838	11.4
	Altamira	99.075	135.067	35.992	36.3
	Barcarena	99.859	126.733	26.874	26.9
	Bragança	113.227	121.793	8.566	7.5
	Breves	92.860	114.628	21.768	23.4
	Paragominas	97.819	104.883	7.064	7.2
TO	Palmas	228.332	334.454	106.122	46.4
	Araguaína	150.484	186.867	36.383	24.1

Nota 1: No Maranhão excluiu-se Codó por não ter sua sede municipal incluída na região da Amazônia Legal (69% da população é urbana), apenas parte da sua zona rural.

Fonte: Da autora, com base no Censo demográfico de 2010 e IBGE (2022).

Na tabela se identifica 22 as cidades de porte médio da Amazônia Oriental, e todas apresentaram crescimento demográfico positivo na última década. No estado do Amapá não se identificaram cidades de porte médio, tendo em vista que a única cidade inserida nos parâmetros populacionais (Santana/AP) faz parte da região metropolitana da capital Macapá/AP (cidade de grande porte). Tocantins apresentou o menor número de cidades de porte médio, apenas Palmas e Araguaína, sendo a primeira também a capital estadual que, dentre todas as cidades elencadas da Amazônia Oriental, obteve a segunda maior variação absoluta, com o acréscimo de 106.122 habitantes e terceira maior porcentagem de crescimento (46.6%) em apenas 12 anos.

Em seguida, Maranhão e Mato Grosso apresentam três cidades cada, sendo que no primeiro tem-se a cidade com menor acréscimo de população, Açailândia, com uma variação de 3.116 pessoas; já no segundo estado, a alteração da população das cidades de porte médio foi significativamente superior, com destaque principalmente para Sinop/MT, com 86.599 residentes a mais e maior porcentagem de crescimento dentre todas as cidades médias (76.5%). O estado do Pará, por sua vez, concentra em torno de 52% das cidades de porte médio de toda a macrorregião (11 centros), sendo que, a cidade que mais cresceu foi Parauapebas – apresentando variação absoluta superior a 117 mil habitantes.

Identificadas as cidades de porte médio da Amazônia Oriental, e entendendo que nem todas as cidades médias estão inseridas neste rol, passa-se a apresentar as cidades médias da macrorregião à luz do estudo de Bitoun, Miranda e Moura (2017). Se observa que as cidades médias são aquelas inseridas nas categorias intermediárias da rede urbana, com funções de comando entre o estrato inferior da rede urbana (os centros locais) e o estrato superior (metrópoles e capitais regionais A).

A hierarquia urbana utilizada foi baseada na pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2020), que classificou os centros urbanos brasileiros em cinco níveis: Metrópole, Capital Regional (A, B e C), Centro Sub-Regional (A e B), Centro de Zona (A e B) e Centro local. O Quadro 01 (a seguir) apresenta este rol de cidades da Amazônia Oriental, distribuídas segundo seus respectivos estados e conforme suas posições na hierarquia urbana.

Há, contudo, situações atípicas de arranjos populacionais (AP) compostos de duas ou mais cidades em estados distintos. Sobre isso, importa dizer que “os Arranjos Populacionais são unidades territoriais compostas por mais de um Município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos” (IBGE, 2020, p. 72). Diante disso, as cidades médias inseridas em arranjos populacionais interestaduais foram contabilizadas no estado da cidade com o maior percentual demográfico, à exceção de uma (AP Laranjal do Jari/AP – Almeirim/PA) que, por questões práticas, foi contabilizada no estado do Pará.

Quadro 01 – Cidades médias da Amazônia Oriental: distribuição segundo os níveis de hierarquia urbana nas unidades da federação

Níveis de hierarquia urbana	ESTADOS COM CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL ¹			
	MA	MT	PA	TO
Capital Regional B	-	-	-	Palmas
Capital Regional C	AP Imperatriz	Rondonópolis Sinop	Marabá Santarém	Araguaína
Capital Sub-Regional A	Bacabal Santa Inês	Tangará da Serra AP Barra do Garça	Altamira Parauapebas Redenção	Gurupi

¹ No estado do Amapá, a única cidade média identificada foi a capital Macapá (Capital Regional C), no entanto, por ser uma cidade de grande porte, optou-se por não agregá-la à lista de cidades médias. São necessários maiores estudos sobre Macapá para se afirmar que esta exerça funções de cidade média, uma vez que o entendimento adotado aqui não concorda que todas as capitais estaduais sejam excluídas da tipologia de cidades médias apenas por sua condição político-administrativa, conforme se observa em países de economia planificada.

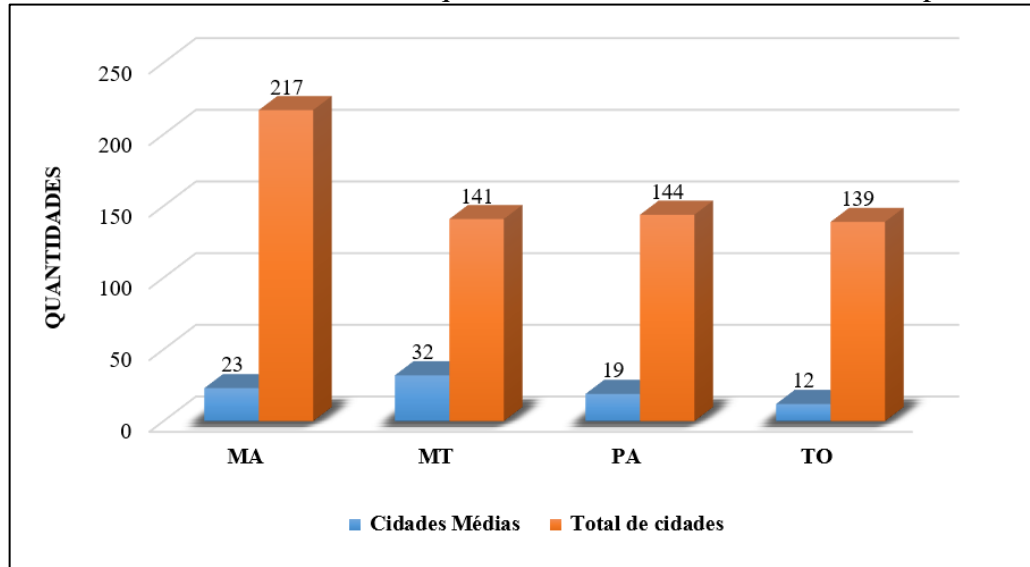
Capital Sub-Regional B	Açailândia Balsas Pinheiro Presidente Dutra* AP Tocantinópolis/TO – Porto Franco/MA*	Água Boa* Alta Floresta Cáceres Diamantino* Juína* Lucas do Rio Verde Nova Mutum* Pontes e Lacerda* Primavera do Leste Sorriso	Abaetetuba Barcarena Capanema Itaituba Paragominas Tucuruí Xinguara*	Paraíso do Tocantins Porto Nacional
Centro de Zona A	- AP Estreito - Barra do Corda - Lago da Pedra	- AP Alto Araguaia - AP Jaciara** - Barra do Bugres** - Campo Novo do Parecis** - Campo Verde** - Colíder** - Confresa** - Juara** - Mirassol D'Oeste** - Sapezal**	- AP Laranjal do Jari/AP – Almeirim/PA - Bragança - Conceição do Araguaia**	- Colinas do Tocantins** - Dianópolis** - Guaraí**
Centro de Zona B	- Colinas** - Coroatá - Cururupu** - Esperantinópolis** - Maracaçumé** - Mirador** - Paulo Ramos** - Santo Antônio dos Lopes** - São Bento** - São Domingos do Maranhão** - Vitorino Freire** - Zé Doca	- Araputanga** - AP Arenópolis - Nortelândia** - Bom Jesus do Araguaia** - Canarana** - Garantã do Norte** - Nova Xavantina** - São Félix do Araguaia**	- Breves - Capitão Poço - Mãe do Rio** - Tucumã**	- AP Pedro - Afonso/TO** - Natividade** - Palmeirópolis**

* Capitais Sub-Regionais B com menos de 50 mil habitantes.

** Centros de Zona A e B com menos de 50 mil habitantes.

Fonte: Dos autores, com base em REGIC (IBGE, 2020) e IBGE (2022).

Diante do Quadro 01 se constata que há as cidades médias desempenham na rede urbana papéis papéis de centros intermediários (desde Centros de Zona a Capital Regional), não considerando-se apenas o quesito população, mas principalmente o papel relacional dos mesmos. Daí a expressiva quantidade, similar ao aspecto do Brasil; é neste sentido que o Gráfico 02 evidencia as cidades médias em cada estado partícipe da Amazônia Oriental.

Gráfico 02: Amazônia Oriental – quantitativo de cidades médias e total por estado

Fonte: Dos autores, com base em REGIC (IBGE, 2020) e IBGE (2022).

O Gráfico 02 apresenta um total de 86 cidades médias localizadas na Amazônia Oriental, o que corresponde a aproximadamente 12,87% do total de municípios dos cinco estados que compõem a região. A análise, por estado, indica que no Maranhão as cidades médias representam 10,59% do total; no Mato Grosso esse número é de 22,69%; no Pará; 13,19%; e em Tocantins, apenas 8,63%. Os números expressam que são poucas as cidades médias desta região, pois a miríade de pequenos centros suplanta, de longe, o conjunto das grandes e médias cidades, o que não desmerece o papel destes centros, ao contrário, é justamente as cidades médias que transportam os fluxos entre os pequenos e os grandes centros, denotando sua importância regional diante das grandes distâncias do território.

As Figuras 01 e 02 apresentam imagens de duas das seis Capitais Regionais C presentes na Amazônia Oriental, fala-se da principal cidade média do Maranhão e a segunda maior do Pará, respectivamente Imperatriz/MA e Marabá/PA, com enfoque no Rio Tocantins que perpassa por ambas.

Figura 01: Perspectiva da cidade média de Marabá/PA, com vista para o Rio Tocantins.



Fonte: Oliveira, 2021.

Figura 02: Perspectiva da cidade média de Imperatriz/MA, com vista para o Rio Tocantins.



Fonte: Oliveira, 2021.

Observando os níveis da hierarquia urbana, a região apresenta 47 Centros de Zona, 32 Capitais Sub-Regionais e sete Capitais Regionais. Entre essas últimas, as cidades de Imperatriz e Marabá estão inseridas na tipologia de Capitais Regionais C, um dos motivos por que são de particular interesse para este estudo, pois participam da gestão do espaço urbano regional em seus respectivos estados.

Considerações finais

A produção do espaço urbano-regional na Amazônia Oriental é um processo multifacetado e dinâmico, profundamente influenciado por fatores históricos, econômicos, sociais e ambientais. As cidades médias desempenham um papel central nesse contexto,

atuando como motores de desenvolvimento, pontos de articulação territorial e centros de inovação e serviços.

A análise da produção do espaço urbano-regional na Amazônia Oriental revela a complexidade das transformações que ocorrem nessa região. As cidades médias, com suas funções econômicas diversificadas e infraestrutura de serviços, são fundamentais para a integração regional, promovendo o desenvolvimento econômico da região.

Referências

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; MOURA, R. Cidades médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade e inserção nos espaços rurais brasileiros. In: MATURANA, F. et al. (ed.). **Sistemas urbanos y ciudades medias em Iberoamérica**. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017. p. 44-77.

CORRÊA, R. L. Estudos sobre a rede urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**. 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LLOP TORNÉ, Josep Maria; BELLET SANFELIU, Carme. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Lleida: UNESCO/UIA, 1999. 168p.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. CEDEPLAR/FACE/UFMG: Texto para discussão, Belo Horizonte, p.2-14, 2006.

OLIVEIRA, H. M. **Cidades Médias e Planejamento na Amazônia Oriental: um estudo da produção vertical do espaço urbano em Imperatriz/MA e Marabá/PA**. 266 f. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

RIBEIRO, M. A. **A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise**. 335 f. 1998. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed.; 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SOUZA, J.; TERRA, D. C. T. **Rio de Janeiro: rumo a uma nova região metropolitana?** Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 817-840, 2017.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001.